

# Superior Tribunal de Justiça

EDcl na PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.736 - RS (2012/0064796-6)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : GERSON GRABOSKI ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**ADVOGADO** : GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA - PR015782  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADO** : GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS - RS056630  
**RECORRIDO** : FRANCISCA EMILIA BERTEI PANZIERA  
**ADVOGADOS** : ROGERIO CALAFATI MOYSES - RS031295  
RAFAEL COVOLO - RS083704  
**INTERES.** : SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR PREVIC - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADO** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR000000F  
**INTERES.** : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DE FUNDOS DE  
PENSÃO - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADOS** : RICARDO BARROS CANTALICE E OUTRO(S) - RS049579  
RICARDO GUIMARÃES SÓ DE CASTRO E OUTRO(S) - RS038465  
LUCAS ABAL DIAS E OUTRO(S) - RS091098  
ELIZABETH TOSTES PEIXOTO - DF007311  
**INTERES.** : ABRAPP ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADA** : LARA CORRÊA SABINO BRESCIANI E OUTRO(S) - DF024162  
**INTERES.** : ASSOCIAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO E PATROCINADORES  
DO SETOR PRIVADO - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADO** : RENATO TADEU RONDINA MANDALITI - SP115762  
**INTERES.** : SINDICATO DOS ASSAL.TATIVOS, APOS.E PENS.NAS  
EMPR.GERAD.,OU TRANSM.,OU DISTR.,OU AFINS  
ENER.ELETR.NO RS. E ASSIT.FUN - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS E OUTRO(S) - DF017725  
ADOVALDO DIAS DE MEDEIROS FILHO E OUTRO(S) - DF026889

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 1.858/1.861) opostos à decisão desta relatoria que indeferiu o pedido de ingresso no feito, na qualidade de *amicus curiae*, do escritório de advocacia ora recorrente.

Em suas razões, alega o embargante a existência de omissão no julgado, que teria indeferido seu pedido de ingresso no feito sem, contudo, examinar os argumentos apresentados, aptos a demonstrar "a representatividade adequada/contributividade" (e-STJ fl. 1.860) do embargante.

Ao final, requer o acolhimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Não há nenhum vício no julgamento de fls. 1.831/1.832 (e-STJ).

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art.

# Superior Tribunal de Justiça

1.022 do CPC/2015.

Ademais, os aclaratórios, em regra, não permitem rejuízo da causa, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Sob esse enfoque, confirmam-se os seguintes precedentes da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECISÃO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.

II - Consoante jurisprudência firmada por esta Corte Superior, a tempestividade dos recursos é aferida quando do protocolo na secretaria do Tribunal e não da entrada na agência dos correios.

III - Ademais, embora o embargante tenha juntado comprovante da entrega em Brasília, no dia 14/01/2013, não há comprovação de que tenha sido, na mesma data, entregue na secretaria deste Tribunal. Não tendo sido, inclusive, juntado até o presente momento os originais do recurso interposto.

IV - Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no ARE no AgRg nos EDcl no RE no Ag n. 1.423.681/BA, Relator Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013.)

SEGUNDOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TELEFONIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO.

À mingua dos vícios previstos no art. 535 do CPC e não sendo a via escolhida meio de resposta a questionamentos da partes, é de se ter como inviável a oposição, alertando ao embargante para a aplicação de multa processual caso persista o intuito de adiar a conclusão da causa.

Embargos rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EAREsp n. 220.572/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/7/2013, DJe 1º/8/2013.)

No caso, a decisão embargada foi clara ao indeferir o pedido de admissão de ingresso do terceiro no feito, na qualidade de *amicus curiae*, por faltar ao escritório de advocacia ora embargante a representatividade necessária à intervenção.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito da petição, a qual foi exaustivamente analisada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, REJEITO os embargos declaratórios.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 04 de setembro de 2018.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator

